

POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO GONÇALO

Mônica de Souza Motta

Mestranda em Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O presente texto objetiva apresentar uma pesquisa ainda em fase inicial de desenvolvimento, que busca investigar no âmbito da educação infantil no município de São Gonçalo/RJ, de que forma os/as profissionais compreendem as suas práticas pedagógicas junto às crianças, frente à diversidade das faixas etárias e o desenvolvimento humano mais amplo de cada criança em ambientes coletivos de Educação Infantil. Busco trazer como categoria de análise, o conceito de cotidiano da escola da infância(s), intencionando problematizar políticas educacionais e as práticas cotidianas para que as mesmas sejam vistas como produtos e produtoras de diálogos que as compõem e por eles são compostos.

Palavras-chaves: Educação Infantil; Políticas educacionais e Práticas pedagógicas.

Introdução

Este trabalho de pesquisa objetiva investigar as recentes políticas públicas de atendimento à educação infantil, no município de São Gonçalo/RJ entre os anos 2014 a 2018. Especificamente, o campo investigado serão os documentos e ações que norteiam a organização do trabalho pedagógico da educação infantil gonçalense, o estudo das infâncias na rede, selecionando uma unidade de ensino, considerando as formas de atendimento, a proposta pedagógica e a distribuição nos bairros, em seus respectivos distritos.

Atualmente, vários conceitos integram o universo da primeira infância, sobretudo, as políticas públicas que vêm sendo objeto de lutas de muitos educadores, tendo como meta avançar em direitos para este segmento da educação.

Destaco que as instituições escolares, mas especificamente, as de educação infantil devem apresentar caminhos para o desenvolvimento educacional das nossas crianças, garantindo a todos o acesso à educação.

Ao longo da modernidade e, juntamente, com os movimentos sociais e as histórias das sociedades ocorreram transformações nas concepções do conceito de infância, ou seja, o que hoje conhecemos como infância, fase natural do desenvolvimento humano, em outras épocas se não constituía como tal conceito.

Com a redução da mortalidade infantil e, conseqüentemente, o aumento do nascimento do número de crianças, surge um novo quadro no campo social, produzindo uma relação de cuidados específicos, buscando caminhos no processo educacional, devido a especificidade da faixa etária.

No atual quadro político, a Educação Infantil bem como outros campos educacionais, vem sofrendo reformas significativas no âmbito legal e institucional. Este segmento, mas especificamente nestas últimas décadas, vem sendo reconhecido como um direito social e de imensa importância para a formação educacional dos indivíduos.

Ao longo desta trajetória observamos, historicamente, movimentos nacionais e internacionais que trazem um novo paradigma para o atendimento à infância, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança e Adolescente que foi implantada em nosso país, através do artigo 227, da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90,

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

ênfatizando para as Políticas Públicas a referência dos movimentos sociais de luta pelo atendimento em creches.

O Direito social das crianças em serem atendidas em creche e pré-escolas se concretiza por meio da Constituição Federal de 1988, tendo como entendimento a Educação Infantil, como dever do Estado com a Educação e tem a sua regulamentação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 21, inciso I, incluindo a Educação Infantil, juntamente como o ensino fundamental e médio, etapas da educação básica, integrando as creches e as pré-escolas, como a primeira etapa do ensino da Educação Básica.

Nesta perspectiva, a população busca a expansão para o atendimento deste segmento, devendo ser considerada com a mesma importância frente aos demais segmentos de ensino. *Por tanto, como garantir que a educação cumpra seu papel social diante da diversidade infantil e das próprias contradições de nossa sociedade?*

Sendo assim, minha pretensão no trabalho apresentado é pensar as relações entre políticas e práticas educacionais no cotidiano da E. M. Professora Genecy Souelt Lima, compartilhando com os participantes da comunidade escolar, as realidades para além das normas e textos oficiais e da influência mútua entre as diferentes relações que constitui o fazer pedagógico.

Paulo Freire (1991) aponta que um dos maiores desafios do educador progressista é a busca da coerência entre aquilo que defende como intelectual e aquilo que pratica, como educador. Precisamos encontrar caminhos de ações mais próximos e coerentes com os discursos que produzimos.

Por outro lado, Boaventura de Sousa Santos (2000) afirma que, infelizmente, nossa capacidade de crítica tende a ser muito mais desenvolvida do que a de ação. Precisamos produzir meios para aproximar cada vez uma da outra.

Metodologia, Resultados e Discussão Conceitual

Na busca de atingir os objetivos do trabalho de pesquisa almejo realizar pesquisa qualitativa que, conforme MINAYO (2007) pauta-se em responder questões muito particulares, trabalhando com o universo dos significados, dos desejos, das crenças, dos valores e das atitudes.

As fontes de produção de dados e conhecimentos partem da pesquisa no arquivo da escola, entrevistas e pesquisas bibliográficas. Como também na realização de visitas nos demais espaços necessários.

Com base no material coletado, nas leituras realizadas, nos conhecimentos adquiridos no decorrer das aulas e atividades, aliada ao acompanhamento do professor orientador buscarei produzir um trabalho que responda as questões pontuadas neste pré-projeto.

(...) Cada um tem uma forma própria e singular de tecer suas redes de conhecimentos através dos modos como atribui significados às informações recebidas de diferentes fontes, estabelecendo conexões entre os fios e tessituras anteriores e os novos (OLIVEIRA, 2012, p. 68-69).

Considerações Preliminares

O Presente trabalho, ainda se encontra em fase muito inicial, e neste momento torna-se imprescindível compreender que as políticas são práticas, ou seja, são maneiras de agir por determinadas comunidades políticas e sobre determinados grupos, com o objetivo de alterar alguma questão existente frente à expressão humana.

De fato, não cabe tratar de forma diferenciada política e práticas, na medida em que estas deveriam ser sempre articuladas entre si, pois, as políticas educacionais, no seu campo de discussão, de alguma maneira, respondem às demandas das práticas pedagógicas cotidianas.

Conforme relata Tavares (2008):

“Com efeito, como materializar uma *educação cidadã* diante das históricas contradições político-sociais em curso no país? Como possibilitar que os pequenos cresçam exigindo respeito e dignidade, se a cultura autoritária e excludente na qual hegemonicamente estão imersos dificulta-os, quiçá os impeça, de *ser mais*, como nos provoca Freire? Como efetivar uma educação cidadã, se em sua própria cidade o que vigora é sua condição de minoridade (Soromenho-Marques, 1996, Kant, 1985), sua *cidadania atrofiada* (Santos, 1996)?”

Numa perspectiva de investigar as práticas cotidianas que buscam construir novas possibilidades de formação para cidadania, voltadas para conquista dos sujeitos sociais, referente a um espaço de organização pautado na afirmação da vida, da política e não da lógica de mercado capitalista.

Desta forma, investigar possibilidades que busquem experiências diferenciadas na educação, através de concepções de participação e de experiência política que se confrontem com as concepções cada vez mais restritas de democracia. As práticas cotidianas que se constroem, fundamentadas em práticas pedagógicas que valorizem os diferentes sujeitos sociais, em particular, as crianças.

Referências

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação da República Federativa do Brasil. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 10 de outubro de 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

_____. **Educação e mudança**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LINHARES, Célia; QUELUZ, Ana Gracinha; LINHARES, Andréa. **Palavras de Criança**. Niterói, RJ: Nitpress, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; Gomes, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

OLIVEIRA, Inês B. **O Currículo como criação cotidiana**. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2012.

OLIVEIRA, Inês B. **Currículo e processos de aprendizagem ensino: Políticas práticas Educacionais Cotidianas Currículo sem Fronteiras**, V. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013. ISSN 1645-1384

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Os "Pequenos" e a a Cidade: o Papel da escola na construção do direito à cidade**. Revista Tamoios, v. 4, n. 1 (2008)